

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.555.028 - SC (2019/0224549-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA  
**ADVOGADOS** : FELIPE QUINTANA DA ROSA - RS056220  
BERNARDO BERGAMASCHI BRESCIANI E OUTRO(S) -  
RS072240  
**AGRAVADO** : MG MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA  
**ADVOGADO** : ANTENOR LONGHI JÚNIOR E OUTRO(S) - SC018341

**EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO CONFIGURAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. VERIFICAÇÃO DA OCORRÊNCIA DE ALEGADO ERRO MATERIAL. NECESSIDADE DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. MULTA PREVISTA NO ART. 1.026, §2º, DO CPC/2015. EMBARGOS PROCRASTINATÓRIOS. INOCORRÊNCIA. OBJETIVO DE PREQUESTIONAMENTO. AFASTAMENTO DA PENALIDADE. SÚMULA 98 DO STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. APLICAÇÃO DA LEI VIGENTE NA DATA DA SENTENÇA QUE EFETUOU O ARBITRAMENTO (CPC/1973). INAPLICABILIDADE DOS PARÂMETROS ESTABELECIDOS PELO CPC/2015. POSSIBILIDADE DE ARBITRAMENTO COM BASE NA EQUIDADE NAS HIPÓTESES EM QUE NÃO HOVER CONDENAÇÃO. PRETENSÃO DE ALTERAÇÃO DO VALOR ARBITRADO COM BASE NO CRITÉRIO DA EQUIDADE EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. MONTANTE NÃO CONSIDERADO ÍNFIMO. NECESSIDADE DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ.*  
*AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO.*

**DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA. em face de decisão que inadmitiu recurso especial fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da

Constituição Federal, interposto contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado:

*"APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO. AÇÃO REDIBITÓRIA. SUPOSTO VÍCIO OCULTO EM VEÍCULO AUTOMOTOR. DECADÊNCIA DO DIREITO. SENTENÇA DE EXTINÇÃO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. RECURSO DA AUTORA. PRETENSÃO PARA CONTAGEM DO PRAZO DECADENCIAL DE 30 (TRINTA) DIAS (ART. 445, CAPUT, DO CC) A PARTIR DA NOTIFICAÇÃO À EMPRESA RÉ SOBRE OS DEFEITOS MECÂNICOS NO CAMINHÃO ACOLHIDO. CONTAGEM DO LAPSO NÃO OBSERVADO PARA AJUIZAMENTO DA PRESENTE DEMANDA. EXPIRAÇÃO DO INTERREGNO LEGAL PARA O EXERCÍCIO, EM JUÍZO, DO DIREITO REDIBITÓRIO. DECADÊNCIA CARACTERIZADA. SENTENÇA MANTIDA POR FUNDAMENTO DIVERSO. RECURSO ADESIVO DA RÉ. PLEITO PARA MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS DE ACORDO COM O ART. 20, § 3º, "C", DO CPC/73 (CORRESPONDENTE AO ART. 85, § 2º, DO CPC/2015). FIXAÇÃO EQUITATIVA PELA JUÍZA SINGULAR MANTIDA. CRITÉRIO QUE SE REVELA ADEQUADO AS PARTICULARIDADES DO CASO CONCRETO. PLEITO RECHAÇADO. APELO PRINCIPAL PARCIALMENTE PROVIDO E RECURSO ADESIVO DESPROVIDO." (e-STJ fl. 409).*

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ fls. 436-442).

Nas razões do recurso especial, a recorrente alega, em síntese, que houve negativa de prestação jurisdicional e deve ser afastada a multa aplicada com base no art. 1.026, § 2º, do CPC/2015, pois os embargos de declaração não tinham natureza protelatória. Assevera, ainda, que o arbitramento do valor dos honorários advocatícios de sucumbência não pode ocorrer com base na apreciação equitativa no caso sob apreciação, devendo ser observado o parâmetro legal mínimo de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa.

Sem contrarrazões (e-STJ fl. 514).

Sobreveio juízo de admissibilidade do Tribunal de origem (e-STJ fls. 524-526), que inadmitiu o recurso especial por considerar que não houve

negativa de prestação jurisdicional e incide o óbice da Súmula 7 deste Superior Tribunal de Justiça.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, no que tange à alegada violação do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, constato não estar configurada a sua ocorrência.

Ocorre que o Tribunal de origem assim se manifestou acerca da controvérsia:

*"Quanto ao recurso adesivo, melhor sorte não assiste à aderente.*

*Isso, porque não houve condenação, diante da decadência do direito da autora, razão pela qual o quantum da verba advocatícia foi fixado em R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) de forma equitativa, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC/73 (correspondente ao vigente art. 85, § 8º, do CPC/15), em vista das peculiaridades do caso concreto confrontadas aos parâmetros legais, quais sejam, o grau de zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o serviço, consoante o art. 20, § 3º, "a" a "c", CPC/73 (art. 85, § 2º, I a IV, do CPC/15).*

*No caso em comento, houve o julgamento antecipado da lide e a extinção com resolução do mérito devido à decadência do direito da autora, por isso, a causa não se mostrou complexa.*

*Ademais, ainda que o advogado da ré tenha sido diligente e realizado um bom trabalho, não se justifica o arbitramento de quantia superior àquela já estabelecida pela Juíza singular, dada a simplicidade da questão e a ausência de incidentes que tenham levado a maior labor do causídico, fazendo-o despender mais tempo.*

*[...]*

*Desse modo, irretorquível a quantia fixada pela Magistrada a quo." (e-STJ fls. 419-420).*

Por ocasião do julgamento dos embargos de declaração opostos pela ora recorrente, acrescentaram-se os seguintes fundamentos:

*"No que concerne à alegação de omissão e erro material*

*do acórdão proferido não há como acolher, pois a menção do julgamento antecipado constou na sentença, a qual foi replicado no voto, no sentido de não ser analisada as provas produzidas já que restou conhecida a decadência do direito da embargada." (e-STJ fl. 440).*

Da leitura dos trechos acima transcritos, verifica-se que a Corte estadual julgou fundamentadamente a matéria devolvida à sua apreciação, expondo as razões que levaram às suas conclusões quanto à manutenção do valor arbitrado para os honorários advocatícios de sucumbência.

Portanto, a pretensão ora deduzida, em verdade, traduz-se em mero inconformismo com a decisão posta, o que não revela, por si só, a existência de qualquer vício nesta.

Nesse sentido:

**AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO VERIFICADA. 2. COBERTURA DE INVALIDEZ FUNCIONAL PERMANENTE TOTAL POR DOENÇA. INTERPRETAÇÃO SOB A LUZ DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DESCUMPRIMENTO DO DEVER DE INFORMAÇÃO ACERCA DOS LIMITES DA COBERTURA CONTRATADA. RECONHECIMENTO NA ORIGEM. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7/STJ. 3. PEDIDO DE APLICAÇÃO DE MULTA PREVISTA NO ART. 1.021, § 4º, DO CPC/2015. NÃO CABIMENTO. 4. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. INEXISTÊNCIA. 5. AGRAVO IMPROVIDO.**

***1. Não há violação ao art. 1.022 do CPC de 2015, porquanto o acórdão recorrido dirimiu a causa com base em fundamentação sólida, sem nenhuma omissão ou contradição. Ademais, o órgão julgador não está obrigado a responder a questionamentos das partes, mas apenas a declinar as razões de seu convencimento motivado, o que de fato ocorreu nos autos.***

***[...]***

***5. Agravo interno a que se nega provimento.***

***(AgInt no REsp 1697809/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/12/2017, DJe 19/12/2017, g.n.)***

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. LEVANTAMENTO DE GRAVAME. DESCUMPRIMENTO DE ACORDO HOMOLOGADO JUDICIALMENTE. DANO MORAL. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. VALOR INDENIZATÓRIO. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. MANUTENÇÃO. ENTENDIMENTO ADOTADO NESTA CORTE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO DO VALOR. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA DA LIDE. SÚMULA N. 7 DO STJ.

*1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla e fundamentada, apenas que contrariamente ao pretendido pela parte, deve ser afastada a alegada violação ao art. 1.022 do Código de Processo Civil/2015.*

[...]

*5. Agravo interno a que se nega provimento.*

*(AgInt no AREsp 1098101/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 04/12/2017, g.n.)*

Ademais, para se averiguar a alegação da recorrente referente à existência de erro material no tocante à ocorrência ou não de julgamento antecipado da lide e de incidentes processuais ao longo da demanda, seria necessário o reexame do conjunto fático-probatório acostado aos autos, medida vedada na via do recurso especial, conforme o teor da Súmula 7 deste Superior Tribunal de Justiça.

No entanto, quanto à imposição da multa prevista no artigo 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015, verifica-se que os embargos de declaração opostos pela ora recorrente (e-STJ fls. 426-429) não tinham manifestamente o fim de procrastinar o feito, mas objetivo de prequestionar a tese de existência de erros materiais no acórdão recorrido.

Portanto, deve ser afastada a penalidade pecuniária aplicada, em conformidade com o teor da Súmula 98 desta Corte Superior, segundo a qual "*embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório*".

Nesse sentido:

*PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. RAZÕES QUE NÃO ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MULTA. ARTIGO 1.026, § 2º, DO CPC/15. SÚMULA N. 98/STJ. OFENSA AO ART. 1.022, II, DO CPC/15. OMISSÃO VERIFICADA. AUSÊNCIA DE PRECLUSÃO.*

*1. As razões do agravo interno não enfrentam adequadamente o fundamento da decisão agravada.*

*2. A multa inserta no parágrafo único do art. 1.026, § 2º, do CPC/2015, deve ser afastada em razão da orientação firmada no STJ de que "embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não tem caráter protelatório" (Súmula 98).*

*3. No caso em análise, não houve pronunciamento jurisdicional acerca do mencionado indeferimento de provas requeridas pelo ora agravado, em cujo pedido havia requerido a intervenção do CADE e que não foi objeto de decisão.*

*4. Agravo interno a que se nega provimento.*

*(AgInt no AREsp 1211001/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 26/02/2019, DJe 06/03/2019, grifei)*

*PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. AÇÃO RESCISÓRIA. EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. INDEFERIMENTO DA INICIAL. TRIBUNAL DE ORIGEM QUE RECONHECEU A INÉPCIA DA INICIAL DA AÇÃO RESCISÓRIA DIANTE DA AUSÊNCIA DE SUA EMENDA APONTANDO O CORRETO VALOR DA CAUSA. VIOLAÇÃO DO DISPOSTO NO ART. 535 DO CPC/73. INOCORRÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. MULTA DO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC/73 QUE DEVE SER AFASTADA. EMBARGOS COM NÍTIDO INTUITO DE PREQUESTIONAMENTO. AUSENTE INTERESSE PROCRASTINATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 98 DO STJ. INÉPCIA DA INICIAL. NÃO OCORRÊNCIA. MAGISTRADO QUE DEVE FIXAR O CORRETO VALOR, QUANDO ACOLHE A IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA. INTELIGÊNCIA DO ART. 261 DO CPC/73. INDEFERIMENTO DA INICIAL AFASTADO. NECESSIDADE DE RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM PARA QUE LÁ SEJA FIXADO O CORRETO VALOR. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.*

*1. Inaplicabilidade do NCPC neste julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.*

*2. Não se configura ofensa ao art. 535 do CPC/73, quando os questionamentos relevantes à solução da lide são examinados pelo acórdão, ainda que em sentido contrário aos interesses da parte.*

*3. Não são protelatórios os embargos de declaração opostos visando prequestionar dispositivos para a interposição do apelo raro. Necessidade de afastamento da multa imposta com base no art. 538 do CPC/73. Inteligência da Súmula nº 98 do STJ.*

*4. Cabe ao magistrado, quando do acolhimento da impugnação ao valor da causa, determinar o valor certo correspondente ao benefício econômico buscado com a demanda. Inteligência do disposto no art. 261 do CPC/73, vigente à época dos fatos. Precedentes.*

*5. Recurso especial provido.*

**(REsp 1558755/GO, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/11/2018, DJe 09/11/2018, grifei)**

Por fim, quanto à alegação de ofensa ao art. 85, § 2º, do CPC/2015, a insurgência não merece ser acolhida, uma vez que o arbitramento de honorários promovida pelo Tribunal de origem não destoia da orientação deste Superior Tribunal de Justiça.

Com efeito, esta Corte Superior tem o entendimento de que os parâmetros para a condenação em honorários advocatícios de sucumbência devem observar as normas vigentes na data da prolação da sentença que arbitrou os honorários, em virtude da sua natureza híbrida processual e material e da necessidade de preservação do direito adquirido.

No caso sob apreciação, tendo em vista que a sentença que fixou as verbas de sucumbência foi proferida na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (e-STJ fls. 351-355), as regras aplicáveis quanto aos honorários

advocatícios são aquelas dispostas nesse diploma processual, e não no CPC/2015.

Nesse contexto, não se revelam aplicáveis ao caso os parâmetros e os limites previstos no art. 85, §§ 2º e 8º, do CPC/2015, admitindo-se o arbitramento dos honorários com base no critério da equidade nas causas em que não houver condenação, em conformidade com o que estabelecia o art. 20, § 4º, do CPC/1973.

Sobre o tema, confirmam-se os seguintes julgados:

***EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. DIREITO INTERTEMPORAL: ART. 20 DO CPC/1973 VS. ART. 85 DO CPC/2015. NATUREZA JURÍDICA HÍBRIDA, PROCESSUAL E MATERIAL. MARCO TEMPORAL PARA A INCIDÊNCIA DO CPC/2015. PROLAÇÃO DA SENTENÇA. PRESERVAÇÃO DO DIREITO ADQUIRIDO PROCESSUAL.***

*1. Em homenagem à natureza processual material e com o escopo de preservar os princípios do direito adquirido, da segurança jurídica e da não surpresa, as normas sobre honorários advocatícios de sucumbência não devem ser alcançadas pela lei processual nova. 2. A sentença (ou o ato jurisdicional equivalente, na competência originária dos tribunais), como ato processual que qualifica o nascedouro do direito à percepção dos honorários advocatícios, deve ser considerada o marco temporal para a aplicação das regras fixadas pelo CPC/2015.*

*3. Assim, se o capítulo acessório da sentença, referente aos honorários sucumbenciais, foi prolatado em consonância com o CPC/1973, serão aplicadas essas regras até o trânsito em julgado.*

*Por outro lado, nos casos de sentença proferida a partir do dia 18.3.2016, as normas do novel diploma processual relativas a honorários sucumbenciais é que serão utilizadas.*

*4. No caso concreto, a sentença fixou os honorários em consonância com o CPC/1973. Dessa forma, não obstante o fato de o Tribunal de origem ter reformado a sentença já sob a égide do CPC/2015, incidem, quanto aos honorários, as regras do diploma processual anterior.*

*5. Embargos de divergência não providos.*

***(EAREsp 1255986/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE***

**SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/03/2019, DJe 06/05/2019)**

**AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DECLARATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA RECURSAL DA DEMANDANTE.**

*1. É descabida a aplicação do art. 85, §§ 2º e 6º, do CPC/15 quando a sentença foi prolatada na vigência do antigo diploma processual civil, sendo imperativa a observância das regras previstas no art.*

*20, § 3º e § 4º, do CPC/73. Precedentes.*

*1.1. No caso concreto, conquanto tenha sido provida parcialmente a apelação já na vigência da Lei n. 13.105/15, reconhecendo-se a sucumbência mínima da parte demandante, a sentença proferida sob a égide do CPC/73 deliberou sobre a verba, sendo esse o marco nascedouro do direito do causídico aos honorários, razão pela qual tem-se por legítima a aferição da remuneração pelo critério da equidade.*

*2. Agravo interno desprovido.*

**(AgInt nos EDcl no AREsp 1243692/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 21/10/2019, DJe 23/10/2019)**

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SENTENÇA PROFERIDA NA VIGÊNCIA DO CPC/1973. APLICAÇÃO DA REGRA DO ART. 20, §§ 3º E 4º, DO CPC/1973. JUÍZO DE EQUIDADE. REVISÃO DO VALOR. SÚMULA 7/STJ.**

*1. A regra processual aplicável, no que tange à condenação em honorários advocatícios sucumbenciais, é aquela vigente na data da prolação da sentença. Em razão de sua natureza material, afasta-se a aplicação imediata da nova norma. Precedentes.*

*2. No caso, a sentença foi prolatada em 10/12/2015, devendo aplicar-se o comando do art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/1973.*

*[...]*

*5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido.*

**(REsp 1686733/PE, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/04/2018, DJe 09/04/2018)**

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS**

ADVOCATÍCIOS. FAZENDA PÚBLICA. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO COLETIVA. SOBRESTAMENTO. DESNECESSIDADE. JUÍZO DE EQUIDADE. VALOR ÍNFILO. SÚMULA 7 DO STJ. AFASTAMENTO.

[...]

3. Apesar de a propositura da ação demarcar os limites da causalidade e os riscos de eventual sucumbência, o STJ elegeu a sentença - ato processual que qualifica o nascedouro do direito à percepção dos honorários advocatícios - como marco para a incidência das regras do novo estatuto processual, notadamente em face da natureza jurídica híbrida do referido instituto (processual-material).

4. Hipótese em que, tendo sido a execução proposta em 2006 e a sentença que a extinguiu, fixando a verba honorária, proferida em 2010, a eventual decisão a ser adotada por esta Corte no julgamento do recurso repetitivo - cuja tese controvertida refere-se à aplicabilidade da Súmula 345 do STJ diante da superveniência do art.

85, § 7º, do CPC/2015 - não terá o condão de alterar o entendimento explicitado na decisão ora agravada. Afastado, portanto, o sobrestamento do feito.

[...]

8. Agravos internos desprovidos.

**(AgInt no AREsp 1007254/DF, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/02/2018, DJe 08/03/2018)**

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. EMBARGOS À EXECUÇÃO. COMPENSAÇÃO DE VERBA HONORÁRIA. POSSIBILIDADE. MARCO TEMPORAL. SENTENÇA PROLATADA NA VIGÊNCIA DO CPC/73. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 306 DO STJ. PRETENSÃO DE APLICAÇÃO DO ART. 85, § 14, DO NCPC. ARTIGO NÃO PREQUESTIONADO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO COM APLICAÇÃO DE MULTA.

[...]

3. Esta Corte assentou entendimento no sentido de que em homenagem à natureza processual material e com o escopo de preservar-se o direito adquirido, as normas sobre honorários advocatícios não são alcançadas por lei nova. A sentença, como ato processual que qualifica o nascedouro do direito à percepção dos honorários advocatícios, deve ser considerada

# *Superior Tribunal de Justiça*

*o marco temporal para a aplicação das regras fixadas pelo CPC/2015. (REsp 1465535/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 22/8/2016)*

*4. Na lide examinada os honorários foram fixados pela sentença sob a vigência do CPC/73, sendo possível, portanto, a aplicação da Súmula nº 306 do STJ.*

*5. Agravo interno não provido com aplicação de multa.*

***(AgInt no AREsp 1034509/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 13/06/2017)***

No tocante à pretensão de alteração do valor arbitrado com base no critério da equidade, a decisão agravada está correta ao inadmitir o recurso especial em virtude da incidência da Súmula 7 deste Superior Tribunal de Justiça.

No caso sob apreciação, constata-se que a Corte estadual, ponderando os elementos fáticos da demanda, manteve o valor arbitrado pela primeira instância para os honorários advocatícios em R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Embora a agravante afirme que o montante seria desproporcional, uma vez constatado, no caso concreto, que não houve desrespeito ao bom senso e aos critérios recomendados pela doutrina e pela jurisprudência, não se justifica a excepcional intervenção desta Corte Especial a fim de revisar a quantia, pois não se revela ínfima.

Com efeito, este Superior Tribunal de Justiça possui entendimento pacificado no sentido de que a revisão do valor fixado a título de honorários advocatícios dependeria de que fosse apreciado novamente o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado e o tempo exigido para o serviço do advogado. No entanto, nos termos do enunciado da Súmula 7/STJ, não é autorizado, na via eleita, reexaminar os aspectos fáticos analisados pelas instâncias de origem.

Sobre o tema, confirmam-se os seguintes julgados:

***AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE***

**NULIDADE DE TESTAMENTO PÚBLICO. HERDEIRO NECESSÁRIO EXCLUÍDO NA PARTE DISPONÍVEL. ALEGADA INCAPACIDADE ABSOLUTA DA TESTADORA FALECIDA. JULGAMENTO ANTECIPADO. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. INCIDÊNCIA SÚMULA 7/STJ.**

*1. No presente caso, a análise da pretensão recursal referente ao julgamento antecipado da lide e a necessidade de produção de outras provas para o deslinde da controvérsia demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência esta vedada na instância especial. Incidência da Súmula n. 7 desta Corte.*

*2. Em regra, não é cabível, em recurso especial, examinar a justiça do valor fixado a título de honorários, na medida em que a análise das circunstâncias previstas nos §§ 3º e 4º do art. 20 do CPC impõe, necessariamente, incursão na seara fático-probatória dos autos, atraindo a incidência da Súmula 7 do STJ.*

*3. Agravo interno não provido.*

**(AgInt no AREsp 950.573/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 11/10/2016, DJe 20/10/2016, grifei)**

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO DOS CRITÉRIOS PARA SUA FIXAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. PRECEDENTES. AGRAVO IMPROVIDO.**

*1. A revisão dos critérios adotados pela Corte de origem para a fixação dos honorários advocatícios com base no art. 20, § 4º, do CPC, em regra, é inviável em recurso especial, tendo em vista a necessidade do revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos. Incidência da Súmula n. 7 do STJ. Precedentes.*

*2. Agravo regimental a que se nega provimento.*

**(AgRg no AREsp 609.502/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/02/2015, DJe 03/03/2015, grifei)**

**Ante o exposto, com base no art. 932, incisos III, IV e V, do Código de Processo Civil de 2015 c/c o art. 253, inciso II, alíneas "a", "b" e "c", do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo**

**para, desde logo, conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, dar-lhe parcial provimento apenas para afastar a aplicação da multa prevista no artigo 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de março de 2020.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
Relator